

## TEMÁTICA LIVRE

Uma espada de dois gumes: uma análise teórica sobre participação no movimento antidemocrático de 8 de janeiro de 2023

A Double-Edged Sword: A Theoretical Analysis of Participation in the Anti-Democratic Movement of January 8th, 2023

Edição v. 43  
número 2 / 2024

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 43(2)  
mai/2024-ago/2024

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

**RAQUEL EVANGELISTA**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.  
E-mail: raquellobao80@gmail.com  
ORCID: 0000-0003-4130-7693

**FLAVIANO QUARESMA**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.  
E-mail: flavianoq@gmail.com  
ORCID: 0000-0001-8683-2964

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

EVANGELISTA, Raquel; QUARESMA, Flaviano. Uma espada de dois gumes: uma análise teórica sobre participação no movimento antidemocrático de 8 de janeiro de 2023. **Contracampo**, Niterói, v. 43, n. 2, p. 01-20, maio/ago. 2024.

**Submissão em: 13/08/2023. Revisor A: 03/01/2024; Revisor B: 25/03/2024. Aceite em: 05/06/2024.**

**DOI - <https://doi.org/10.22409/contracampo.v43i2.59707>**

## Resumo

Este artigo propõe uma análise dos limites do conceito de participação e sua eventual instrumentalização política em um ambiente democrático. Os pensamentos de Arnstein (1969); Carpentier (2018); Sharp (2017) e Melo et al. (2019) compõem a base da revisão bibliográfica. A pesquisa adota uma abordagem empírica e apresenta um estudo de caso descritivo focado na participação de usuários no X nas ações de denúncia da tentativa de golpe no dia 08 de janeiro em Brasília. Enquanto os resultados da revisão bibliográfica apontam que a variedade de conjunturas históricas, sociais e políticas é um obstáculo para uma compreensão única da participação e sua relação com a mídia; o estudo de caso dá pistas de que a participação dos cidadãos brasileiros pelo X é complexa, apresentando traços de interação, partilha de poder e participação negativa.

### Palavras-chaves

Participação; Democracia; X; Livro de Códigos

## Abstract

This article proposes a analysis of the limits of the concept of participation and its eventual political instrumentalization in a democratic environment. The thoughts of Arnstein (1969); Carpentier (2018); Sharp (2017) and Melo et al. (2019) form the basis of the literature review. The research adopts an empirical approach and presents a descriptive case study focused on the participation of people on X in the actions of denouncing the coup attempt on January 8th in Brasília. While the results of the literature review point out that the variety of historical, social and political conjunctures is an obstacle to a unique understanding of participation and its relationship with the media; the case study suggests that the participation of Brazilian citizens on X is complex, presenting traits of interaction, power sharing and negative participation.

### Keywords

Participation; Democracy; X; Code Book

## Introdução

A teoria da participação é um conceito complexo que tem sido estudado e debatido em uma variedade de campos acadêmicos. Em seu cerne, ela examina as formas pelas quais indivíduos e grupos se envolvem com suas comunidades, instituições e sistemas políticos, além de explorar o papel que a participação desempenha na formação da governança, na tomada de decisões e na elaboração de normas sociais.

Um dos principais debates no contexto da teoria da participação gira em torno da definição do termo participação. Alguns pesquisadores argumentam que a participação deve ser ampliada para incluir não apenas arranjos formais de engajamento, como votar ou comparecer a reuniões públicas, mas também formas informais de engajamento, como ativismo on-line, blogs e organização comunitária (Cornwall, 2007; Hyman e Tohill, 2017). Outros argumentam que a participação deve ser limitada a uma estrutura formal de engajamento definida pelo governo e outras instituições (Pateman, 1970; Dahl, 1989).

Uma discussão importante em torno da teoria da participação é a relação entre participação e poder. As ideias de que o aumento da participação pode levar a uma maior democratização em comunidades marginalizadas e de que há formas de participação que podem reproduzir estruturas de poder existentes e reforçar o *status quo* são igualmente debatidas (Foucault, 1991; Putnam 2000; Almond e Verba, 1965).

Martins (2002), quanto à questão da participação, pensa esse processo “não apenas como um lugar onde se assegura a oportunidade da participação, mas aquele que a promove em todos os sentidos, porque nela deposita sua própria condição de vitalidade” (p.53). Os novos arranjos, como o ativismo on-line (Gerbaudo, 2021), permitem uma ampliação das práticas participativas, mas também inauguram desafios analíticos para o campo da Comunicação. De acordo com Gerbaudo (2021), a internet ainda é considerada uma arena porosa e aberta a novos discursos, com pouca identificação das dinâmicas específicas de organização propiciadas/adensadas pela dinâmica on-line. O envolvimento de indivíduos e grupos com postagens denunciando os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 no Brasil, relaciona-se com o estado de inclusão das pessoas, envolvidos em um continuum on-line-off-line (Miller e Slater, 2020; Leitão e Gomes, 2018) da vida cotidiana, nos processos de fortalecimento da democracia com o objetivo de corrigir o poder debilitado que este grupo tem na sociedade – muitas vezes pela lógica inerente à fragilidade do protesto em rede (Tufekci, 2017). Com a promoção da participação sob esses novos formatos, em sites como o X, observa-se um movimento de ajustamento destes desequilíbrios entre os diversos poderes. Entretanto, compreendemos que os resultados dos processos participativos dependem, forçosamente, da autoestima pessoal, da confiança, dos conhecimentos, das aptidões, do status, do envolvimento social, dos níveis de felicidade ou de justiça, como destaca o estudo de Huesca (2008).

Tão importante quanto este debate de ordem conceitual, é o reconhecimento das implicações significativas que tais abordagens apresentam para diversos campos acadêmicos, incluindo a Ciência Política, a Sociologia e a Filosofia. Cientistas políticos têm estudado a relação entre participação e eficácia política, ou seja, o grau em que os indivíduos acreditam que podem afetar os resultados políticos. Sociólogos têm examinado o impacto da participação nas normas sociais e na formação de identidade. Filósofos têm explorado as implicações éticas da participação, especialmente no contexto da tomada de decisões democráticas. No entanto, nesta pesquisa, nosso foco são os conceitos e abordagens de participação adotados no Brasil, após o dia 8 de janeiro de 2023, quando apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram o Supremo Tribunal Federal do país, o prédio do Congresso e cercaram o palácio presidencial em Brasília. Naquela ocasião, eles pediam a intervenção militar no governo brasileiro, e obras de arte, móveis e parte da infraestrutura do local foram destruídos.

É importante ressaltar que, em 2023, o Brasil completou 35 anos da Constituição Federal (CF),

mais conhecida como Constituição Cidadã. Ela foi aprovada após décadas de ditadura militar no país. Atualmente, é possível identificar mais de 120 alterações na CF, e alguns direitos políticos e sociais que haviam sido previamente aprovados foram removidos.<sup>1</sup> As recentes mudanças políticas no país apenas ameaçam aumentar ainda mais os níveis de violência e racismo. Os quatro anos de governo, liderados por Jair Bolsonaro, foram marcados por uma diminuição da liberdade de imprensa, acesso à informação pública e, especialmente, das formas de participação.

Desta forma, o objetivo desta investigação é analisar os limites do conceito de participação e sua instrumentalização política em um ambiente democrático, utilizando como estudo de caso a participação nas ações de denúncia da tentativa de golpe de 8 de janeiro em Brasília. Trata-se de tema e objeto de estudo relevantes para o campo da Comunicação que tem um histórico significativo de estudos sobre participação na Comunicação Política, Políticas de Comunicação e Cultura e, ainda que menos, na Economia Política da Comunicação. No entanto, por vezes, algumas abordagens ainda entendem a participação apenas de um ponto de vista ferramental e não como elemento constitutivo da própria democracia, o que justifica uma visão mais ampla sobre o tema.

Embora os campos da Comunicação Política e da Ciência Política tenham se desenvolvido significativamente nos últimos anos, com diversos esforços teóricos para compreender a participação no contexto brasileiro, optamos por focar nossa análise na instrumentalização da participação em um ambiente democrático específico. Reconhecemos que abordagens mais recentes, como as discutidas por Albuquerque (2019), Miguel (2014), Dantas (2002) e Santos et al. (2020) oferecem pensamentos valiosos sobre o ativismo digital e a mobilização política e formação de redes. Contudo, optamos por não integrar essas discussões diretamente neste estudo, pois acreditamos que a Teoria da Participação já fornece uma base sólida para entender os limites e as potencialidades do conceito no contexto investigado. Essa decisão foi tomada com o intuito de manter o foco na análise empírica específica e na instrumentalização política da participação, sem dispersar a atenção para debates teóricos mais amplos.

Finalmente, vale registrar que para alcançar o objetivo proposto, inicialmente, é apresentada uma breve revisão bibliográfica em torno do tema. Em seguida, detalha-se o movimento antidemocrático (fenômeno político-social que constitui o objeto de estudo da pesquisa), apresenta-se os resultados da primeira parte da análise de conteúdo iniciada e, por fim, são descritas analiticamente a relação entre os resultados alcançados, até o momento, em relação aos mecanismos observados e caracterizados das formas de participação ativa da população na identificação dos indivíduos e grupos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023.

## Uma palavra, muitos significados

A Teoria da Participação se refere ao envolvimento ativo de indivíduos nos processos de tomada de decisão e, nos últimos anos, tem recebido atenção significativa no campo da Comunicação. Ela destaca o potencial democrático da comunicação e as formas pelas quais a participação pode capacitar indivíduos e promover mudanças sociais. Nesta pesquisa, discutimos os trabalhos de três autores que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da teoria da participação, a saber: Arnstein (1969); Carpentier (2018) e Sharp (2017).

Proposto por Sherry Arnstein em 1969, a Escada da Participação Cidadã é um dos modelos mais amplamente referenciados e influentes no campo da participação pública democrática. Para líderes locais, organizadores e facilitadores que desejam entender teorias fundamentais de engajamento público e participação, e as formas pelas quais instituições e autoridades públicas empoderadas negam poder aos

---

<sup>1</sup> Exemplos disso incluem as mudanças nas regras para aposentadoria (Emenda Constitucional nº 103, de 2019) e o novo regime fiscal (Emenda Constitucional nº 95, de 2016), que inviabiliza os investimentos em áreas como assistência social e cultura.

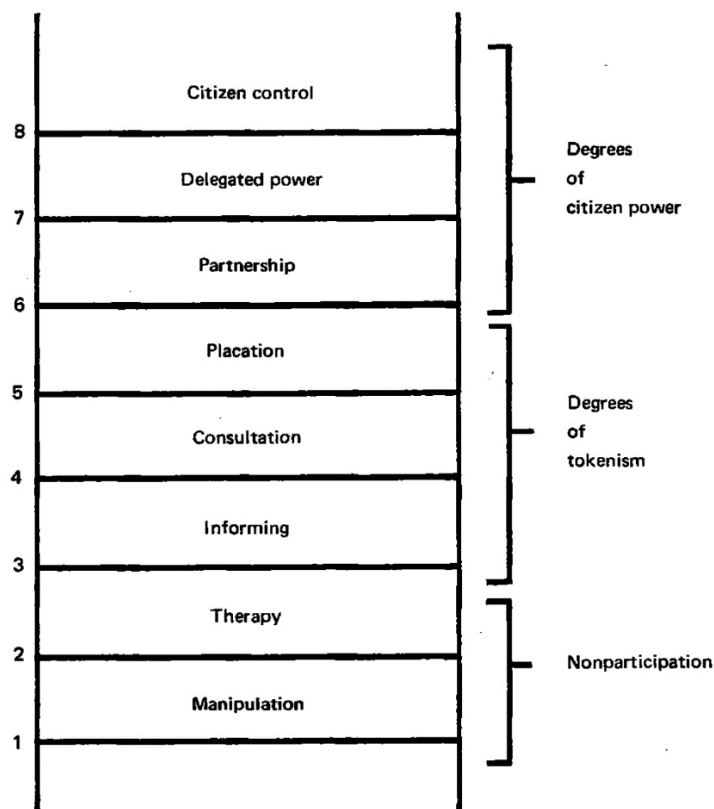
cidadãos, a pesquisa de Arnstein costuma ser referência.

Arnstein inicia seu artigo (1969, p. 214) com uma pergunta central: “O que é participação cidadã e qual é a sua relação com os imperativos sociais de nosso tempo?” Em seguida, ela fornece uma resposta detalhada:

(...) a participação cidadã é um termo categorial para dar? poder cidadão. É a redistribuição de poder que permite aos cidadãos excluídos atualmente dos processos políticos e econômicos serem deliberadamente incluídos no futuro. É a estratégia pela qual os excluídos se juntam para determinar como a informação é compartilhada, metas e políticas são estabelecidas, recursos fiscais são alocados, programas são operados e benefícios como contratos e patronagem são distribuídos. Em resumo, é o meio pelo qual eles podem induzir uma reforma social significativa que lhes permite compartilhar dos benefícios da sociedade próspera... a participação sem redistribuição de poder é um processo vazio e frustrante para os impotentes”.

A tipologia da participação cidadã de Arnstein (1995) é apresentada como uma “escada” metafórica (Ilustração 1), em que cada degrau ascendente representa níveis crescentes de agência, controle e poder do cidadão. Além dos oito degraus de participação, Arnstein inclui um *continuum* descritivo de poder participativo, que vai desde a não-participação (sem poder), passando por graus de tokenismo (poder falso), até graus de participação cidadã (poder real).

Ilustração 1 – Detalhe do modelo Escada da Participação Cidadã



Fonte: Arnstein (1995)

Embora seja uma ferramenta útil para analisar os níveis de participação nos processos de tomada de decisão, possui alguns aspectos negativos. Em primeiro lugar, ela simplifica a noção de participação, ao apresentá-la como uma progressão linear, indo da não-participação ao controle cidadão. Na realidade, a participação é mais complexa e dinâmica, com indivíduos e grupos frequentemente movendo-se entre diferentes níveis de participação, dependendo da questão em foco.

Em segundo lugar, a escada de Arnstein (1995) pode ser criticada por seu foco limitado

na participação formal, negligenciando a importância da participação informal, que não segue necessariamente uma progressão linear. A participação informal pode assumir muitas formas, como ativismo nas redes sociais, organização comunitária e protestos, e às vezes pode ter um impacto maior do que o envolvimento formal.

Por fim, a escada pode ser vista como prescritiva, colocando uma ênfase injustificada na participação individual e ignorando o papel de fatores institucionais e estruturais na capacitação ou restrição da participação. Ela também pode transmitir a falsa impressão de que a participação cidadã é sempre desejável e necessária, sem reconhecer o potencial da participação em reproduzir desequilíbrios de poder, excluir grupos marginalizados ou perpetuar injustiças.

Já Carpentier argumenta que a participação é um elemento-chave da democracia a ser conquistado, pois permite que vozes diversas sejam ouvidas. Em suas palavras, “a participação não é algo dado, nem é um bem inerente. Ao contrário, é um campo de luta pelo poder, representação e voz, e está sempre inserida em um contexto ideológico específico que molda e limita seus resultados potenciais” (Carpentier, 2018, p. 2).

O autor também observa que a teoria da participação não é um conceito simples ou direto. Ao contrário, é marcado pela complexidade e contestação teórica, sendo moldado por fatores sociais, políticos e culturais. Carpentier enfatiza a importância de compreender o contexto ideológico em que a participação ocorre e as formas pelas quais o poder e a representação são negociados por meio de processos participativos.

Ainda seguindo o pensamento de Carpentier, temos sua visão sobre a relação entre mídia e participação. “A mídia desempenha um papel crucial na facilitação do potencial democrático da participação. Isto porque ela oferece plataformas acessíveis aos mais diversos públicos, desenvolve a deliberação pública e permite ação coletiva” (2011, p. 75). À primeira vista, esta é uma abordagem bastante positiva e generalista, uma vez que o conceito de mídia adotado pelo autor é amplo e reforça o entendimento de que a participação efetiva é um auxílio à democracia independentemente do tipo de mídia usado. Contudo, em publicações mais recentes (Carpentier e Mylonas, 2020; Carpentier e Jenkins, 2022), o pesquisador se dedica a observar os diferentes potenciais que cada mídia apresenta e enfatiza a importância de analisar as relações de poder na mídia e nos processos de participação.

Pode-se afirmar que o conceito de participação de Sharp (2017) é multifacetado e busca compreender as formas pelas quais as pessoas se envolvem com diversos aspectos da sociedade e da cultura. No seu cerne, a participação trata de como as pessoas estão envolvidas na criação, produção e recepção de mídia e outros artefatos culturais, assim como de como elas exercem agência e influência em diversos domínios da vida.

Sharp (2017) defende que a participação deve ser estudada como uma prática incorporada, que está inserida em contextos específicos e estruturas sociais. Ela enfatiza a importância de compreender a participação como um fenômeno dinâmico, que está relacionado a relações de poder, hierarquias sociais e desigualdades. Isto significa que, para a autora, o conceito de participação não diz respeito apenas ao envolvimento dos indivíduos com a mídia ou com a cultura de forma isolada, mas sim de como eles o fazem dentro de contextos sociais e culturais mais amplos. Sua abordagem destaca as formas pelas quais a participação pode capacitar ou desempoderar, bem como desafiar as normas e valores culturais dominantes. Em última análise, sua proposição teórica oferece um quadro para compreender as diversas formas pelas quais as pessoas se envolvem com mídia, cultura e sociedade, e as implicações desses envolvimento para a mudança social e a transformação.

É possível identificar alguma imprecisão na definição da autora pois não há uma especificação clara do papel ou da forma como os participantes do processo comunicacional são agenciados. Ela define a participação como “ação das pessoas em conjunto para alcançar um interesse ou objetivo comum” (Sharp, 2017, p.35), mas não elabora um quadro específico sobre o grau de envolvimento ou influência

que os participantes têm na formação do resultado do interesse ou objetivo compartilhado. Não fica claro se aqueles que estão participando são agentes ativos impulsionando a realização do interesse ou objetivo compartilhado, ou se são apenas apoiadores passivos que contribuem para o esforço por meio de sua mera presença. Além disso, a definição de Sharp (2017) não considera as dinâmicas de poder, que podem estar presentes dentro de um grupo de participantes, o que pode ter um grande impacto no nível e na eficácia da participação.

Essa lacuna teórica torna-se ainda mais evidente quando consideramos o papel dos influenciadores digitais no cenário atual de participação política. Os influenciadores, que muitas vezes atuam como agentes de mobilização em temas políticos, são capazes de transcender a participação passiva ao ativar suas audiências em torno de causas específicas. No Brasil, influenciadores como Felipe Moura Brasil e George Marques ou mesmo Felipe Neto e Luisa Sonza exemplificam esse fenômeno, utilizando suas plataformas para engajar ativamente seus seguidores em debates políticos e mobilizações sociais.

Ao contrário da definição de Sharp, invariavelmente, os influenciadores digitais exercem um papel claro e ativo na formação de resultados políticos, não apenas guiando a participação, mas também moldando o discurso e as ações coletivas. No contexto brasileiro, autores como Martino (2023) e sua releitura do conceito de líder opinião e polaridade política; Estela (2019) e sua análise sobre o impacto dos influenciadores digitais nas eleições de 2018 e Aguiar e Lycarião (2023) e sua discussão em torno dos influenciadores do bolsonarismo destacam como esses indivíduos utilizam sua influência para amplificar discussões políticas e, em muitos casos, liderar movimentos sociais. A capacidade dos influenciadores de transformar seguidores em participantes ativos de causas políticas demonstra uma dinâmica de poder mais complexa e significativa do que a observada em formas tradicionais de participação.

A relação entre participação e o trabalho desses influenciadores em temas políticos também desafia as noções tradicionais de engajamento, ao permitir que a mobilização ocorra de forma descentralizada e em larga escala. Como discutido por Recuero e Bastos (2023), as plataformas digitais permitem que a participação seja ao mesmo tempo ampla e significativa, e os influenciadores em temas políticos desempenhem um papel crucial nesse ecossistema, articulando e direcionando o ativismo para objetivos concretos.

No caso das denúncias da tentativa de golpe de 8 de janeiro, os influenciadores buscaram canalizar a indignação popular e transformá-la em ações de denúncia, revelando como a atuação em redes sociais na internet pode se concretizar em formas efetivas de participação política. Esse papel dos influenciadores, portanto, sublinha a necessidade de uma análise mais profunda das dinâmicas de poder envolvidas na participação digital, algo que as definições teóricas mais tradicionais, como a de Sharp, podem não capturar completamente.

## A tentativa de golpe de 8 janeiro

Embora Lula da Silva tenha assumido seu terceiro mandato no Brasil em 1º de janeiro de 2023, o ápice dessas mudanças políticas ocorreu uma semana depois, quando apoiadores de Bolsonaro invadiram o Supremo Tribunal Federal do país, o prédio do Congresso e cercaram o palácio presidencial em Brasília. Enquanto eles pediam a intervenção militar no governo brasileiro, obras de arte, móveis e parte da infraestrutura do local foram destruídos. É também muito importante destacar o grande número de vídeos e fotos produzidos pelos invasores durante a tentativa de ocupação. Imediatamente, a mídia, órgãos da justiça e entidades do terceiro setor criaram canais de denúncia para a população ajudar as autoridades no processo de identificação dos responsáveis pela destruição e os líderes do movimento. O resultado foi a criação de páginas nas redes sociais, canais telefônicos, e-mails, além do envolvimento de influenciadores digitais, o que resultou no reconhecimento de mais de 1.100 indivíduos.

O ataque aos prédios do governo brasileiro, em Brasília, não foi um evento totalmente imprevisível.

Depois das eleições presidenciais de 2022 com a vitória de Lula da Silva nas urnas eletrônicas, os eleitores e seguidores do então presidente Jair Bolsonaro instalaram-se em vários pontos de cidades pelo Brasil. Os acampamentos foram montados em frente dos quartéis do Exército, onde as pessoas exaltavam sua relação íntima com a perspectiva ideológica do político derrotado, mas também com ideias de intervenção militar. A reivindicação pontuava fraude nas urnas e, por isso, a eleição presidencial deveria ser anulada.

Foram desses acampamentos, em especial os do Distrito Federal, que apoiadores partiram para a Esplanada dos Ministérios, no dia 8 de janeiro de 2023, e praticaram atos golpistas de depredação das sedes dos Três Poderes. Os bolsonaristas invadiram primeiro o Congresso Nacional, depois, as outras sedes. Salas destruídas, obras de arte saqueadas e vandalizadas, móveis atirados contra janelas, policiais feridos, jornalistas agredidos e mais de 200 pessoas presas em flagrante.

A tensão sobre uma ideia de golpe sempre pairou nos quatro anos do Governo Bolsonaro. Pontuamos essa ideia do golpe “estar sobranceiro” no seu governo, porque como explica Batista (2021, p. 129), o presidente da República do Brasil, assim como seu grupo político, são “grandes entusiastas do revisionismo e do negacionismo acerca da ditadura”. Segundo o autor, o bolsonarismo se estrutura a partir de um revisionismo saudosista (uma forma de se reinterpretar a história), que exalta a tortura, a repressão militar e os torturadores que utilizaram da violência de Estado e do anticomunismo para se afirmarem no poder por mais de 20 anos. Um dos exemplos desse revisionismo ocorreu durante o mandato de Bolsonaro, com a autorização às Forças Armadas para comemorar o aniversário do Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964, realizando solenidades nos quartéis, exaltando o acontecimento e os desdobramentos decorrentes.

Até a escrita deste artigo, os eventos de ataque em Brasília estão ligados aos relatórios de inteligência em poder do governo brasileiro, que indicaram que 100 ônibus com 3.900 pessoas chegaram em Brasília com disposição de retomar protestos de rua contra a eleição do presidente Lula no domingo, dia 8; mas também, às investigações que estão sendo conduzidas pela Polícia Federal (PF) do Brasil. De acordo com a PF, a invasão vinha sendo preparada por extremistas leais ao ex-presidente Bolsonaro desde o dia 3 de janeiro de 2023, quando radicais começaram a divulgar com grande intensidade mensagens em aplicativos como o Telegram e o WhatsApp para trazer manifestantes de todo o País para a capital federal, com todas as despesas pagas.

No dia 25 de maio de 2023, foi instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) cujas atividades foram concluídas em outubro do mesmo ano. O relatório final, apresentado pela senadora Eliziane Gama, recomendou o indiciamento de 61 pessoas, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro. Entre as acusações estavam associação criminosa, violência política, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e tentativa de golpe de Estado. O documento sustenta que Jair Bolsonaro foi o autor intelectual dos atos antidemocráticos, baseando-se em evidências obtidas através de quebras de sigilo bancário, telefônico e telemático, além de relatórios de inteligência financeira. Além disso, há a recomendação do indiciamento de diversos políticos e militares, apontando falhas e omissões no manejo das forças de segurança durante os eventos de 8 de janeiro. Contudo, houve críticas ao relatório por parte da oposição, que alegou falta de provas concretas para alguns indiciamentos e acusou a relatora de proteger figuras políticas e de desvirtuar o objeto da investigação. A oposição apresentou um voto em separado, questionando a legalidade dos indiciamentos propostos e sugerindo a necessidade de novas apurações.

## Sobre a pesquisa empírica – Livro de Códigos, formas e temáticas

Para alcançarmos os resultados da primeira parte da análise de conteúdo iniciada, definimos as questões de pesquisa e as hipóteses que guiaram o desenho metodológico do estudo. Em seguida, delineamos a unidade de análise (textos das postagens de denúncias dos atos antidemocráticos no Brasil de 8 de janeiro no X) e unidade amostral (as denúncias dos atos antidemocráticos no Brasil de 8



de janeiro que circularam no X). A extração de dados foi realizada com uso da ferramenta X Scraper, com base nos critérios data (8 de janeiro de 2023), horário (00 às 23h59) e palavra-chave (golpe OR denúncia). Desenvolvemos um codebook para identificar e determinar a classe de tuítes (ou postagens) de denúncia a partir do conceito de participação, e caracterizá-los a partir do seu mecanismo, bem como quanto à narrativa e agenda.<sup>2</sup> O codebook é uma ferramenta que consideramos significativa para nos apontar as tendências no conteúdo e revelar o foco da atenção das postagens analisadas. Nesse sentido, para este codebook, criamos categorias e variáveis qualitativas nominais e ordinais (Sampaio e Lycarião, 2021), levando em consideração o objeto de estudo em questão.

Assim, geramos variáveis de forma e temática, a partir da confirmação de que o conteúdo apresenta ou faz referência ao envolvimento ativo de indivíduos nos processos de tomada de decisão. A distinção entre conteúdos que circulem nas mídias sociais e conteúdos que efetivamente guardam referência a ou fazem uso do sentido de participação nas ações de denúncia dos atos de 8 de janeiro de 2023 é feita a partir da variável participação. Identificada a relação positiva na primeira variável, indicamos a forma predominante da participação, de acordo com as categorias previstas (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Variáveis e Categorias da Análise de Conteúdo presentes no codebook

Variável	Descrição e Categorias	
Participação	Se o conteúdo apresenta ou faz referência ao envolvimento ativo de indivíduos nos processos de tomada de decisão.	Não Sim Dúvida/Ambiguidade
Forma da Participação	Se o conteúdo adota algum novo formato de participação.	Postagem (POST) Comentário (COM) Hashtags (HAS) KeyWord (KEYW) Direct Message (DM) Menções (ME) Conversas (CONV)
Tema da Participação	Se o conteúdo apresenta ou faz referência a alguma temática que esteja associada ao envolvimento ativo de indivíduos nos processos de tomada de decisão.	Democracia (DEM) Identidade (IDE) Eficácia Política (EPO) Poder Político (POP) Liberdade de Expressão (LIB) Censura (CEN) Intervenção Militar (INT) Impunidade (IMP) Antidemocrático (ANT) Fraude nas Eleições (FRAU)

Fonte: Produzido pelos autores

Em relação às escolhas metodológicas, as categorias aqui apresentadas contemplam variados tipos de participação e não apenas aquela destinada às denúncias como, por exemplo, as categorias censura e antidemocrática. De fato, elas são igualmente evidenciadas nas postagens em que as pessoas fazem denúncias - casos como o uso do termo golpe e as próprias críticas às formas de denúncia. Entretanto, esclarecemos que, embora as categorias deem conta de uma análise mais ampla, a unidade amostral são as postagens que envolvem denúncias.

A variável de *tema* foi elaborada a partir de uma primeira leitura dos textos dos *posts* de denúncias dos atos de 8 janeiro coletados do X. No processo de análise de conteúdo categorial, foi de extrema

<sup>2</sup> Este codebook foi elaborado pelos dois autores, testado pelas bolsistas PROATEC e de Iniciação Científica do Laboratório de Mídias Digitais do PPGCOM-UERJ após treinamento.

importância a descrição do tipo de conteúdo associado a uma temática que deveria ser observado (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Categorias Temáticas e descrição de conteúdo do codebook

Descrição e Categorias Temáticas	
Se o conteúdo refere-se à defesa pela democracia, pelas instituições democráticas e pelas práticas democráticas em todos os níveis.	Democracia (DEM)
Se o conteúdo refere-se à defesa e/ou exaltação de identidade de gênero, racial e/ou de grupos específicos nas postagens.	Identidade (IDE)
Se o conteúdo refere-se à crença sobre a punição dos envolvidos nos atos antidemocráticos, por meio das denúncias realizadas por meio das redes sociais e plataformas oficiais de registro de denúncias (como órgãos do governo e justiça).	Eficácia Política (EPO)
Se o conteúdo refere-se ao empoderamento no contexto do ativismo online. Além das falas (por meio das várias formas de participação), as pessoas entendem que o ambiente online tem a magnitude de permitir esse empoderamento e a ampliação da participação com novos arranjos. Os participantes conquistam, assim, o direito à fala política.	Poder Político (POP)
Se o conteúdo refere-se à defesa dos atos antidemocráticos com a justificativa da liberdade de expressão.	Liberdade de Expressão (LIB)
Se o conteúdo refere-se ao rechaçamento das denúncias de postagens antidemocráticas ressaltando a prática de censura.	Censura (CEN)
Se o conteúdo refere-se a postagens que enfatizam a intervenção militar como elemento de destaque nas práticas antidemocráticas das instituições militares, ou mesmo, das manifestações realizadas antes do dia 8 de janeiro, e nos atos antidemocráticos.	Intervenção Militar (INT)
Se o conteúdo refere-se a postagens destacando que as denúncias são inúteis porque as instituições de justiça praticam a prevaricação e conseqüentemente contribuem com a impunidade. Por outro lado, também podem exaltar o desprezo às denúncias porque acreditam na impunidade em relação às práticas criminosas nas redes digitais e online.	Impunidade (IMP)
Se o conteúdo refere-se a postagens que defendem os atos antidemocráticos em todos os âmbitos (abaixo o STF, a PF e as decisões jurídicas), especialmente, os do dia 8 de janeiro.	Antidemocrático (ANT)
Se o conteúdo refere-se a postagens que destacam e defendem que as eleições brasileiras foram fraudadas, e que isso justificaria os atos antidemocráticos realizados.	Fraude nas Eleições (FRAU)

Fonte: Produzido pelos autores

Até o formato final do codebook, realizamos testes e ajustes. Duas pessoas realizaram a codificação por meio de um formulário de codificação, desenvolvido no Excel. Um dos integrantes, experiente na condução desse tipo de método, realizou o treinamento do segundo codificador, e também promoveu a conferência dos resultados. Após o processo de classificação do material a partir do método de análise de conteúdo, iniciamos a etapa de descrição e análise dos resultados obtidos.

## Descrição e análise dos resultados

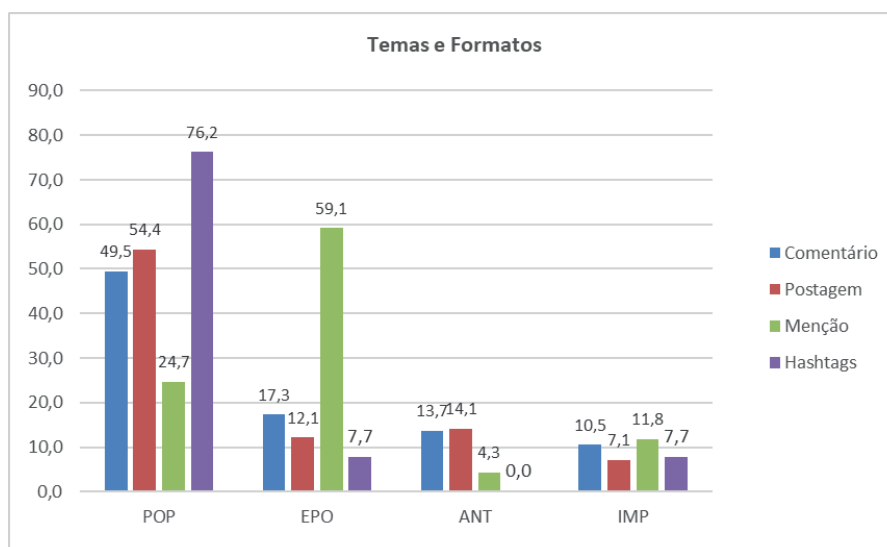
Para este estudo, dos mais de 1500 tuítes coletados, 710 (47,20%) constituem o nosso *corpus*



a comunicação. Por um lado, plataformas como Facebook e X facilitam a mobilização e a organização de movimentos sociais, permitindo a disseminação rápida de informações e a coordenação de ações coletivas. Além disso, a personalização do conteúdo através de algoritmos pode ajudar a alcançar públicos específicos com mensagens adaptadas às suas preferências e comportamentos anteriores. Por outro lado, essa mesma personalização pode levar ao isolamento em “bolhas de filtro” (Pariser, 2012; Santana e Neves, 2022), nas quais os usuários são expostos apenas a informações que reforçam suas opiniões pré-existentes, dificultando o debate democrático e a construção de consensos amplos. Figueiredo (2017, p. 2) destaca que “as redes sociais apresentam um modo extremamente mais pervasivo de colonização do cotidiano que os meios de comunicação de massa”. A vigilância e o controle exercidos pelas plataformas e pelos governos, conforme evidenciado pelos escândalos de vigilância em massa, também representam um risco significativo à privacidade e à liberdade de expressão dos indivíduos.

Comentar no X pode ser entendido como um ato de participação. Seja emitindo uma opinião sobre um determinado tópico de discussão, no esclarecimento de ideias, na difusão de informações, seja denunciando atos que as pessoas consideram um risco até mesmo para esta sua forma de participação online. Estudos como o de Tufekci (2017), por exemplo, têm examinado as transformações trazidas pelas tecnologias digitais nas trajetórias dos movimentos sociais e da esfera pública, e situam essa análise no contexto de possibilidades específicas de plataformas de softwares gigantes como Facebook, X e Google que se tornaram centrais para a organização do movimento social em todo o mundo. Para o autor, o X é pólo de mecanismos que operam na esfera pública e que impactam as trajetórias e dinâmicas dos movimentos sociais em rede. Ainda que os *posts* (POST) tenham alcançado o segundo lugar nessa classificação, compreendemos que eles podem ser considerados pontos de partida, *nós*. Na ascensão da teoria das redes aplicada à sociedade, como destaca Abbott (2004), algumas dinâmicas sociais são observadas a partir das conexões entre indivíduos (*nós*) e suas interações (*laços*). A dinâmica de *Preferential Attachment* (ligação preferencial: nós com maior número de conexões têm mais probabilidade de receber mais conexões), como é apresentada nos resultados expostos. É necessário destacar, também, que a análise de conteúdo aponta que o engajamento na rede está vinculado a uma ideia de poder político (POP) conquistado e exercido pelos habitantes da internet. E nesse sentido, essa dimensão está presente com expressividade nos comentários, em primeiro lugar (49,5%); e nos *posts*, em segundo (54,4%), levando em consideração que a amostragem dos comentários é de 410, e das postagens, 198, respectivamente (ver Gráfico 2).

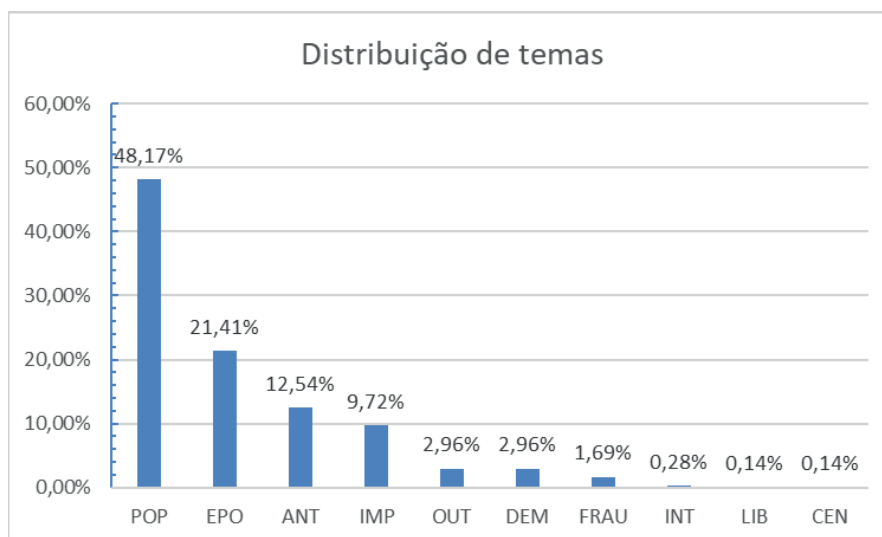
Gráfico 2 – Distribuição de temas no texto de participação no X em 08/01/2023



Fonte: Produzido pelos autores

São 48,17% (POP) de práticas de empoderamento político (ver Gráfico 3), o que ganha ainda mais força com o número de práticas de participação que consideram as denúncias realizadas no X parte de um processo político eficiente, com 21,41% (EPO). Além disso, 69,58% dos conteúdos da amostra convergem para uma compreensão de que a tomada de decisão política faz parte das práticas participativas dos usuários nessa rede social.

Gráfico 3 – Distribuição de temas no texto dos conteúdos no X no dia 08/01/2023



Fonte: Produzido pelos autores

No contexto do uso do X como forma de expressão da sociedade civil durante uma tentativa de golpe de estado, as postagens variaram amplamente em conteúdo e objetivo. Uma análise inicial revelou que uma parcela significativa dos usuários utilizou a plataforma para expor suas opiniões e defender suas crenças pessoais. Esses usuários expressaram suas perspectivas e posicionamentos políticos, destacando suas convicções e apelando para o engajamento de outros usuários em suas causas - o que pode ser entendido apenas como uma interação social.

Captura de tela 1 – Publicação com menção a contas Oficiais no X



Fonte: X

Por outro lado, também foi possível identificar um grupo de usuários que, embora desejasse denunciar os eventos relacionados ao golpe, sentiu-se incerto sobre como efetivamente fazê-lo. Esses usuários demonstraram uma vontade genuína de contribuir para a divulgação e conscientização, mas enfrentaram desafios práticos na condução de suas denúncias e pediram que órgãos governamentais oferecessem canais de denúncia.

Captura de tela 2 – Postagem de usuário que não sabe onde realizar a denúncia no X



Fonte: X

Além disso, foi observado um número significativo de usuários que cobravam posições e atitudes oficiais de políticos e entidades públicas, como os Ministérios Públicos estaduais. Estes buscavam respostas concretas, exigindo transparência e responsabilidade das autoridades competentes diante da situação política em desenvolvimento. E nesse sentido, o número de menções (ME), 13,4%, demonstra essa prática ao mencionar contas oficiais de instituições como a Polícia Federal, Ministério Público e Procuradoria Geral da República, e ainda, as contas do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, deputados federais como André Janones, o presidente Lula, e ainda, o Superior Tribunal Federal (STF).

Captura de tela 3 – Publicação com menção à conta do Supremo Tribunal Federal



Fonte: X

Vale ainda observar que uma parte significativa dos usuários do X aproveitou a plataforma para denunciar os acontecimentos em curso. Eles utilizaram diferentes estratégias, incluindo a publicação de fotos e vídeos que capturavam os momentos cruciais do evento. Essa “reunião de denúncias” teve como objetivo destacar a responsabilidade e exigir a punição dos envolvidos nas ações que ameaçavam a democracia. Os usuários buscaram amplificar a conscientização e pressionar as autoridades competentes a agir de acordo com os princípios democráticos, utilizando o X como um meio para mobilizar apoio e chamar a atenção para as violações ocorridas. Essas postagens carregadas de evidências e menções específicas foram parte fundamental da busca por transparência e justiça durante a crise política.

Chama igualmente atenção o *tweet* do perfil informativo Choquei. Em primeiro lugar, a imagem visualmente contrastante dos policiais sorrindo, enquanto ocorria um ato antidemocrático de invasão do Supremo Tribunal Federal, possivelmente chocou os usuários, destacando uma aparente omissão ou falta de ação por parte das autoridades responsáveis pela segurança. Essa discrepância entre a gravidade da situação e a atitude descontraída dos policiais despertou indignação e revolta entre os usuários. Além disso, o *tweet* foi significativo porque trouxe à tona questões sobre o papel das forças de segurança e sua responsabilidade na proteção das instituições democráticas. A combinação de elementos visuais impactantes, a referência direta à invasão do STF e a exposição da aparente atitude relaxada dos policiais criaram um contexto propício para que o *post* se tornasse viral e provocasse uma ampla discussão sobre a conduta das autoridades diante de um evento de relevância política.

Captura de tela 4 – Postagem da Choquei com denúncia à Polícia Militar do DF



Fonte: X

Finalmente, um último ponto importante sobre o conteúdo das postagens diz respeito à atuação de influenciadores digitais. No contexto aqui descrito, eles possuem um potencial significativo no ativismo político e na coleta de denúncias. Por meio de sua ampla base de seguidores e do alcance que possuem nas redes sociais digitais, esses influenciadores podem conscientizar o público sobre os eventos em curso, destacar violações democráticas e mobilizar apoio para a defesa da democracia. Além disso, sua capacidade de coletar denúncias por meio de interações diretas com os usuários e de compartilhar evidências, como fotos e vídeos, contribui para a exposição de atos ilícitos e a busca por transparência e justiça. Influenciadores digitais, como Felipe Neto (Captura de tela 5), podem agir como pontes entre os usuários comuns e as autoridades competentes, pressionando por ações concretas e responsabilização dos envolvidos.



Captura de tela 5 – Postagem de Felipe Neto organizando as denúncias dos usuários e encaminhando-as ao Ministro da Justiça



Fonte: X

## Considerações Finais

Uma de nossas perguntas de pesquisa vislumbrou saber se a participação dos usuários da internet, no site X, nas denúncias dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, é uma forma de partilhar o poder. Os resultados descritos e analisados sinalizam que sim. E essa participação identificada, como relação de poder equilibrada, pode ser considerada ética, porque de acordo com Melo et al. (2019), permite aos indivíduos a obtenção e manutenção do controle – até certo ponto – sobre as suas vidas cotidianas, de acordo com modos autônomos de partilha do espaço comum.

A relação entre participação e poder é um tema complexo e multifacetado que tem sido objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento. No contexto político, a participação pode ser vista como uma forma de partilhar o poder, permitindo aos indivíduos a obtenção e manutenção do controle sobre suas vidas cotidianas. No entanto, essa relação não é simples e pode ser marcada por nuances da participação negativa (Lutz, 2017; Ilany, 2016; Quandt, 2022), que pode ser exemplificada pela “falta de confiança na capacidade dos cidadãos no envolvimento em práticas democráticas, (...) um pensamento que calibra a relação entre o povo e suas elites” (Carpentier et al., p. 19, 2019).

Arnstein (1969), em sua Escada da Participação Cidadã, destaca que a participação efetiva deve ir além do tokenismo e proporcionar verdadeiro poder aos cidadãos. No caso das denúncias feitas no X, observamos que a participação não foi meramente simbólica, mas sim uma forma de influência real nos processos políticos, refletindo níveis mais altos na escada de Arnstein, onde os cidadãos têm poder

decisório e controle sobre os resultados.

A análise dos dados coletados mostrou que os canais de denúncias abertos pelos órgãos governamentais foram utilizados de maneira significativa pela população, refletindo uma demanda genuína por um meio eficaz de participação ativa. Essa resposta institucional está alinhada com a visão de Sharp (2017), que enfatiza a importância da participação como prática incorporada em contextos específicos. A utilização do X para denúncias demonstra como as redes sociais podem servir como plataformas para a mobilização cívica, permitindo que os cidadãos exerçam agência e influência em contextos de crise política.

Outra questão observada durante nossa pesquisa foi a forma como os canais de denúncias foram utilizados pela população. Desde o início dos eventos em 8 de janeiro, diversas instituições, incluindo órgãos do legislativo, executivo e judiciário, abriram canais para que a população pudesse denunciar os atos antidemocráticos. Essa resposta institucional reflete a demanda da sociedade por um meio eficaz de participação ativa, destacando o papel crucial da mídia e das redes sociais na facilitação desse processo. Os dados analisados apontaram que houve uma atuação orgânica, não capilarizada, pelo menos nas primeiras oito horas do início da circulação de conteúdos envolvidos na identificação e denúncia de pessoas nos atos antidemocráticos a partir de redes sociais na internet. A abertura desses canais foi uma demanda da sociedade, muitas vezes exigida pelos usuários no X durante sua busca e acompanhamento dos eventos de invasão e depredação das sedes dos Três Poderes do Brasil.

Por fim, é possível afirmar que todo o conteúdo apresentado remete a diferentes visões do conceito de participação. Considerando o pensamento de Mouffe (2013, p. 185), ao dizer que “a especificidade da democracia moderna requer o reconhecimento e a legitimação do conflito; nas sociedades democráticas o conflito nunca poderá e deverá ser erradicado”, entendemos que o X foi o cenário da participação como uma ferramenta de promoção de diferentes vozes (ainda que em eventual situação de confronto) e da busca pela responsabilização dos antidemocráticos.

## Referências

ABBOTT, Andrew. **Methods of Discovery** – Heuristic for the Social Sciences. [Nova York: W. W. Norton & Company, 2004.

AGUIAR, Levi; LYCARIÃO, Diógenes. A FIGURA DO INFLUENCER: Uma reflexão sobre o bolsonarismo e a campanha do deputado André Fernandes. **Revista Brasileira de Estudos da Mídia**, v.1, n.1, 2023.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. **Journalism**, v. 20, n. 7, p. 906-923, 2019.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture**. Boston: Little, Brown and Company, 1965.

ARNSTEIN, Sherry. A Ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Institute of Planners**. J. Am. Inst. Plann, v. 35, p. 37-41, 1995.

BATISTA, Ariel. O revisionismo utilizado como política de governo pelo bolsonarismo. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 34, n. 2, p. 128-155, jul./dez.2021.

CARPENTIER, Nico. Além da escada da participação: Ferramentas analíticas para a análise crítica dos processos midiáticos participativos. **Mídia e Cotidiano, Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano**, v. 12, n. 3, p. 245-274, out/dez. 2018

CARPENTIER, Nico; JENKINS, Henry. What Does God Need with a Starship?: A Conversation About Politics, Participation, and Social Media. In: SOBRENOME, Nome (Org. / Ed.). **In The Social Media Debate**. Routledge. p. 203-219, 2022.

CARPENTIER, Nico; MELO, Ana Duarte; RIBEIRO, Fábio. Resgatar a participação: para uma crítica sobre o lado oculto do conceito. **Comunicação e sociedade**, n. 36, p. 17-35, 2019.

CARPENTIER, Nico; MYLONAS, Yiannis. Discourse-Theoretical Perspectives on Class, Populism and Participation. An Interview with Nico Carpentier. **Communication, Media and Design**, v. 5, n. 1, p. 201-221, 2020.

CORNWALL, Andrea. Buzzwords and fuzzwords: deconstructing development discourse. **Development in Practice**, v. 17, n. 4-5, p. 471-484, 2007.

DAHL, Robert. **A Democracia Madisoniana**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação: crítica da economia política da informação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

ESTELA, Dine. **O impacto dos influenciadores digitais nas eleições de 2018. Quem são, de onde vêm e o que querem**. Paraná: Editora Viseu, 2019.

FIGUEIREDO, Carlos. Ativismo Codificado: limites e oportunidades para ações coletivas nas redes sociais. **In 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM)**, Universidade Positivo, Curitiba, 04 a 09 de setembro de 2017.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punish: The Birth of the Prison**. London and New York, 1991.

GERBAUDO, Paolo. **Redes e ruas: mídias sociais e ativismo contemporâneo**. São Paulo: Funilaria, 2021.

HYMAN, Louis; TOHILL, Joseph (Eds.). **Shopping for change: consumer activism and the possibilities of purchasing power**. Nova Iorque: Cornell University Press, 2017.

HUESCA, Robert. Tracing the history of participatory communication approaches to development: A critical appraisal. **Communication for Development and Social Change**, v. 180, 2008.

HYMAN, Louis; TOHILL, Joseph (Eds.). **Shopping for change: consumer activism and the possibilities of purchasing power**. Nova Iorque: Cornell University Press, 2017.

QUANDT, Thorsten; KLAPPROTH, Johanna; FRISCHLICH, Lena. Dark social media participation and well-being. **Current Opinion in Psychology**, v. 45, p. 101-1026, 2022.

LEITÃO, Letícia; GOMES, Wilson. Comunicação e participação política digital: uma abordagem crítica. **Revista Comunicação & Informação**, v. 21, n. 2, p. 10-25, 2018.

LUTZ, Christoph; HOFFMANN, Christian Pieter. The dark side of online participation: exploring non-, passive and negative participation. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 6, p. 876-897, 2017.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diogenes. **Análise de Conteúdo Categórica**: manual de aplicação. Coleção Metodologias de Pesquisa. Brasília: Enap, 2021.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Polarização política, influenciadores e relações pessoais: uma leitura dos estudos sobre o voto de Paul Lazarsfeld. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 46, 2023.

MARTINS, Sérgio. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, set. 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. **The Internet: an ethnographic approach**. Londres: Routledge, 2020.

MOUFFE, Chantal. **Agonistics: Thinking the world politically**. Verso Books, 2013.

PARISER, Eli. **O Filtro Invisível: o que a internet está escondendo de você**. São Paulo: Zahar, 2012.

PATEMAN, Carole. **Participation and democratic theory**. Cambridge University Press, 1970.

PUTNAM, Robert. *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. **Touchstone**, 2000.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco. The Insurrections Playbook: Jair Bolsonaro and the National Congress of Brazil. **Social Media+ Society**, v. 9, n. 4, p. 1-14, 2023.

SANTANA, Ramon Davi; NEVES, Bárbara Coelho. Entre filtros e bolhas: a modulação algorítmica na sociedade pós-panóptica. **LOGEION: Filosofia da Informação**. v. 8, n. 2, 2022.

SANTOS, Romer et al. O clã Bolsonaro e o Twitter: comunicação política e influência na rede social. **Mediapolis** – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público, n. 10, p. 65-81, 2020.

SHARP, Liz; CONNELLY, Stephen. **Theorising participation**: pulling down the ladder. In: RYDIN, Yvonne; THORNLEY, Andy. (Eds.) *Planning in the UK*. Local da Editora: Routledge, ano. p. 33-63.

TUFEKCI, Zeynep. **X and tear gas: The power and fragility of networked protest**. Connecticut: Yale University Press, 2017.

---

Raquel Lobão é docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UERJ; Doutora em Ciências da Comunicação pela UB, pesquisadora do Laboratório de Mídias Digitais. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados e apoio na revisão de texto.

---

Flaviano Quaresma é jornalista, fotógrafo, doutorando no Instituto de Medicina Social da UERJ, professor na Universidade Católica de Petrópolis e na UniLaSalle Rio de Janeiro. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; elaboração do livro de códigos e apoio na revisão de texto.